

TURISMO NO NORDESTE: AFINAL, QUAL É A IMPORTÂNCIA DA ATIVIDADE PARA A REGIÃO?

Poema Isis Andrade de Souza

Mestranda em Economia pelo Programa de Pós-Graduação - PIMES da UFPE.

Raul da Mota Silveira Neto

Doutor em Economia pela USP

Professor do Depto. de Economia e do PIMES-UFPE

Pesquisador do CNPq.

Resumo

O trabalho faz uma análise empírica das atividades do turismo na região Nordeste do Brasil focada em dois objetivos principais. Primeiro, busca dimensionar as atividades deste segmento na região a partir de informações sobre ocupações e renda do trabalho, disponíveis nos microdados das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNAD) entre 2002 e 2006. Segundo objetivo, através de uma decomposição do Índice de Gini para desigualdade da distribuição regional da renda do trabalho *per capita*, fornece evidências da contribuição das atividades do turismo para os níveis e evolução da desigualdade regional no período. Entre outras estimativas, as evidências encontradas indicam que as atividades do turismo no Nordeste são responsáveis por cerca de 6,4% da renda do trabalho total e por cerca 5,8% das ocupações. Adicionalmente, mostrou-se que, em termos de renda do trabalho *per capita*, e ao contrário do verificado para a indústria e demais serviços, as atividades do turismo apresentam-se mais distribuídas em direção aos estados mais pobres do país que a tendência observada para a renda do trabalho total *per capita*, tendo tais atividades contribuído com cerca de 8% da queda do Índice de Gini para a distribuição da renda do trabalho *per capita* entre os estados brasileiros.

Palavras-chaves: turismo, renda do trabalho, desigualdade regional.

Abstract

The work provides empirical evidence about the economic dimension of tourism sector in the Northeast of Brazil and about the contribution of these economic activities for the level and evolution of regional disparity of *per capita* labor income among Brazilian states during the period 2002-2006. The set of evidence is obtained using micro data of PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio) from IBGE. By using this data it was possible, for the first time, to give a measure of the total labor income of tourism economic activities together with most known measures of total employment. The estimative point out that approximately 6,4% of the labor income and 5,8% of the employments of the Brazilian Northeast economy come from tourism activities. Additionally, the work shows that, differently that was found for manufacturing activities, the regional distribution of *per capita* labor income of tourism activities is more favorable to the poorest states of Brazil than the distribution of total *per capita* labor income. Furthermore, the dynamic of *per capita* labor income of these activities

was responsible for approximately 8% per cent of Gini Index reduction for the distribution of *per capita* total labor income among Brazilian states from 2002 to 2006.

Key words: Tourism, labor income, regional inequality.

Turismo no Nordeste: Afinal, Qual é a Importância da Atividade para a Economia da Região?

1. Introdução

De acordo com a OMT (Organização Mundial do Turismo), entre os anos 2000 e 2007, o número de turistas internacionais no mundo cresceu a uma taxa média de 4% por ano, atingindo 898 milhões, enquanto que nos países em desenvolvimento o crescimento médio anual foi de 6% (correspondendo a 360 milhões de visitantes estrangeiros). Neste contexto, o Brasil tem apresentado taxas de crescimento expressivas na recepção de turistas internacionais, sobretudo a partir da década de 1990. As Estatísticas Básicas do Turismo (EMBRATUR, 2006) mostram que, em 2005, o país havia recebido 5.358.170 turistas oriundos de outros países, e no período de 1995-2005 a taxa média de crescimento anual desses visitantes foi de 10,5% (crescimento total de 171,2%), o que sugere o potencial brasileiro para o desenvolvimento do setor.

A diversidade histórico-cultural associada às belezas naturais e à dinâmica da economia são fatores que parecem colaborar para que o Brasil seja o principal destino turístico da América do Sul, embora a participação brasileira no turismo internacional ainda seja restrita. Além da demanda estrangeira por produtos turísticos, o mercado interno também desempenha uma função importante no aproveitamento das potencialidades existentes. No estudo “Caracterização e Dimensionamento do Turismo no Brasil” (Ministério do Turismo, 2006), estimou-se que 38,5% dos brasileiros realizaram alguma viagem doméstica em 2006.

Nesta perspectiva, dada a sua maior complementaridade climática e geográfica tanto em relação aos países de renda mais elevada, como com respeito aos estados mais ricos do país, a região Nordeste do Brasil apresenta-se como destino potencial dos turistas domésticos e estrangeiros, que circulam pelo país em busca de lazer. De fato, dadas as suas dotações de recursos naturais e sociais, por um lado, e a relativamente baixa intensidade tecnológica envolvida nas atividades do turismo, por outro, é difícil não ver o desenvolvimento destas atividades como o meio potencial importante de geração de emprego e renda para região.

A despeito desta potencial importância, além de estudos sobre temáticas locais ou estatísticas gerais e não sistemáticas, pouco se conhece sobre a real dimensão econômica das atividades do turismo no Nordeste, muito menos sobre a potencial contribuição das atividades do segmento no sentido de auxiliar na diminuição das disparidades regionais de renda no Brasil. Em parte, tal fato deriva das dificuldades na definição precisa dos limites das atividades do turismo, que inclui, por exemplo, os serviços de alimentação fora do domicílio, atividade claramente não exclusiva do segmento. Ainda, assim, os microdados disponíveis hoje nas pesquisas do IBGE (ex. PNAD e Censos Demográficos) permanecem muito pouco explorados pelos estudiosos desta temática no Nordeste.

Este trabalho pretende contribuir para o preenchimento desta lacuna, perseguindo, neste sentido, dois objetivos principais. Primeiro, de forma inédita, pretende mensurar a dimensão econômica do turismo no Nordeste a partir de informações sobre renda do trabalho gerados, obtidos dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), além das informações sobre as ocupações, apresentando também a evolução destes indicadores entre os anos 2002 e 2006. Destaque-se, a este respeito, que a mensuração da renda total do trabalho gerada nas atividades do turismo representa uma informação ainda não disponível nas análises sobre o setor. Segundo, e mais uma vez trazendo informações ainda não disponíveis na

literatura brasileira sobre o assunto, através de uma decomposição de um indicador de desigualdade da distribuição regional da renda do trabalho *per capita* (decomposição do Índice de Gini), o trabalho também fornece medidas do grau de concentração regional da renda do trabalho *per capita* das atividades do setor em relação à concentração regional da renda do trabalho total *per capita* e da contribuição da dinâmica de distribuição regional da renda do trabalho do setor para a queda da desigualdade na distribuição regional da renda total do trabalho *per capita* observada para o país entre 2002 e 2006. Fornece-se, assim, informações a respeito do papel que o segmento do turismo pode ter no combate às disparidades regionais de renda no Brasil, sabidamente ainda significativas (Silveira Neto e Azzoni, 2008).

Além desta introdução, o trabalho está estruturado da seguinte forma. Na próxima seção, faz-se uma rápida discussão da estratégia utilizada para utilização dos microdados da PNAD para mensuração das atividades do turismo. Na terceira seção, são fornecidas evidências a respeito da dimensão econômica do turismo no Nordeste e a sua distribuição espacial para o ano de 2006. Na quarta seção, são apresentadas características das ocupações deste segmento no Nordeste, ressaltando-se a importância dos meios formal e informal na geração de renda e ocupações. A evolução das ocupações e renda do trabalho das atividades do turismo no período 2002-2006 é objeto de discussão da quinta seção. Na seção 6, são fornecidas evidências a respeito da contribuição das atividades do turismo para os níveis e evolução das disparidades regionais da renda do trabalho *per capita* no Brasil. Por fim, as conclusões do trabalho são apresentadas na seção 7.

2. Base de dados e mensuração das atividades do turismo

Qualquer estudo a respeito das atividades do turismo se defronta com duas dificuldades fundamentais: a definição rigorosa das atividades exclusivas deste segmento de atividade e a mensuração, qualquer que seja a dimensão explorada (emprego, renda, etc.), das mesmas. Tal decorre por que a natureza definidora das atividades do segmento não está vinculada à produção, mas ao consumo. Ao contrário das atividades agropecuárias e industriais e parte importante dos serviços, onde as dimensões geográfica e tecnológica auxiliam de forma decisiva na segmentação das atividades, as atividades do turismo têm sua natureza definidora vinculada ao consumo, ou seja, mais especificamente à natureza do agente consumidor e sua utilização dos serviços.

Tal particularidade de algumas atividades do segmento do turismo traz sérias dificuldades para análise econômica, uma vez que dificulta e torna necessariamente imprecisa a mensuração econômica das mesmas. Mesmo reconhecendo tais dificuldades, a presente investigação procura exaurir as informações disponíveis e ainda não utilizadas presentes nos microdados das pesquisas oficiais disponíveis. Neste sentido, o trabalho faz uso intensivo das informações disponibilizadas através dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE, referentes ao período 2002-2006. Observe-se que o período considerado não pôde ser mais abrangente, uma vez que, em virtude das mudanças metodológicas ocorridas nas suas classificações em anos anteriores, os agrupamentos das atividades contidos na PNAD não são perfeitamente correspondentes àqueles de anos mais recentes.

Na tarefa levada a efeito nas seções seguintes, não se distanciando das definições oficiais, considerou-se no trabalho o núcleo do turismo como formado pelas seguintes atividades: meios de hospedagem, alimentação, transporte rodoviário de passageiros, transporte aéreo, aluguel de veículos, agências de turismo e lazer. Note-se

que alguns desses segmentos não são exclusivos do setor de turismo, sendo o caso, por exemplo, dos serviços de alimentação, que são demandados pela população local e por turistas. De toda a sorte, devido às ponderações acima, deve-se ter em conta que sempre se estará considerando um limite superior para a dimensão econômica das atividades do turismo. Além neste núcleo de atividades, em algumas ocasiões, revelou-se analiticamente oportuno a consideração de um conjunto mais reduzido de atividades, chamado núcleo “puro” do turismo e composto pelas atividades de hospedagem, transporte rodoviário de passageiros, transporte aéreo e agências de viagens. Para todas estas atividades e a partir da expansão da amostra a partir dos pesos das unidades das amostras das PNADs, foi possível construir medidas para o total de ocupações e, de forma inédita, para o total da renda do trabalho de cada atividade.

Outra qualificação importante quanto aos resultados do trabalho deve ser feita. Em virtude da impossibilidade de identificação setorial de outras fontes de renda que não do trabalho a partir de microdados da PNAD, as evidências quanto às rendas dos setores apresentadas no trabalho consideram apenas as remunerações do trabalho. Sem dúvidas que isto representa uma limitação; todavia, há dois importantes atenuantes com respeito a esta restrição. Primeiro, como recentemente mostraram Silveira Neto e Gonçalves (2007), esta parcela da renda (renda do trabalho) representava mais de 70% da renda total mensurada a partir dos microdados da PNAD para o Nordeste em 2005. Além disto, se a preocupação é com o bem estar gerado pelo desenvolvimento das atividades, a renda gerada que remunera os fatores dos residentes da região deve ser mais importante que o produto total gerado na região com as atividades (que inclui remuneração dos demais fatores, além do trabalho).

3. Mensurando a dimensão econômica do turismo no Nordeste

Nesta seção são apresentadas as primeiras evidências a respeito da dimensão das atividades do turismo no Nordeste. Neste caminho, dois conjuntos de evidências são apresentados. Primeiro, são apresentadas informações a respeito da importância do turismo para a região e para os seus estados a partir de dados sobre emprego e renda do trabalho. A seguir, são apresentadas e discutidas informações a respeito da distribuição espacial destas atividades entre as macrorregiões do país, entre os estados do Nordeste e entre os meios urbano, rural e metropolitano da região da referida região.

3.1 A importância das atividades do turismo para o Nordeste e para seus estados

Como já foi apontado, a dimensão econômica do turismo neste trabalho é expressa pelo peso do núcleo formado pelas atividades de hospedagem, alimentação, transporte rodoviário de passageiros, transporte aéreo, agência de viagem, aluguel de veículo e atividades de lazer na renda total do trabalho e no total das ocupações. Na tabela 1, a seguir, são apresentadas evidências sobre as participações do total destas atividades no total de ocupações e no total da renda do trabalho para os estados do Nordeste, para a região como um todo e, como referências para cotejo analítico, para os estados do Rio de Janeiro (destino turístico mais importante do país) e São Paulo (estado mais rico) e para o país como todo.

Como se pode imediatamente observar, em 2006, o turismo registrava uma participação de 6,2% no total das ocupações do Brasil, sendo responsável por 5,7% da renda total do trabalho gerada no país. Em relação ao peso das atividades nos serviços, o turismo correspondia neste ano a 10,4% da mão-de-obra e a 8,1% da renda proporcionada pelas ocupações. A partir das informações levantadas, constatou-se

também que o peso do turismo nas ocupações do Nordeste era de 5,8%, neste mesmo ano (menor do que verificado para o país), porém, a participação das atividades turísticas na renda do trabalho da região foi relativamente mais elevada (6,4%). A participação do turismo na renda acima de sua participação nas ocupações da economia nordestina, contrastando com o verificado para o país, sugere remunerações acima da média observada para os outros setores na região e abaixo da média para estes outros setores no país.

Com respeito à importância do turismo no setor de serviços do Nordeste, a tabela 1 indica uma contribuição de 11,4% para as ocupações e de 8,9% para a renda do trabalho. Esses números revelam que o turismo perde participação na remuneração em relação às demais atividades do setor (participação mais elevada nas ocupações do que ocorre na renda). Contudo, sob a ótica da prestação de serviços, tanto no que diz respeito ao total de ocupações quanto à renda do trabalho gerada, o turismo é mais importante no Nordeste do que no âmbito nacional.

Tabela 1 - Participação das atividades do turismo na renda e no emprego em 2006 (%)

	Peso do Turismo na Renda Total do Trabalho (%)		Peso do Turismo no Total das Ocupações (%)	
	Economia	Serviços	Economia	Serviços
MA	6,7	9,5	4,7	10,0
PI	4,9	6,8	3,8	8,7
CE	6,3	8,8	6	12,1
RN	6,4	8,4	7	11,7
PB	5,2	7,1	5,4	10,2
PE	6,8	9,1	6,4	11,4
AL	5,7	7,8	4,8	10,3
SE	7,2	9,2	7,3	12,0
BA	6,6	9,7	6,1	12,3
NE	6,4	8,9	5,8	11,4
RJ	8,4	10,7	9,6	12,4
SP	5,1	7,4	6,4	9,5
BR	5,7	8,1	6,2	10,4

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados da PNAD.

A análise das atividades turísticas com um maior nível de desagregação espacial comprova que o Rio de Janeiro é a UF (Unidade da Federação) que apresenta os maiores percentuais de participação do turismo tanto na renda quanto no emprego. Esse fato é consistente com o fato deste estado ser o segundo maior destino turístico do Brasil. Para os estados da região Nordeste, as maiores participações do turismo no total de suas ocupações foram encontradas em Sergipe, 7,1%, no Rio Grande do Norte, 7%, em Pernambuco, 6,4%, na Bahia, 6,1% e no Ceará, 6%. Essas mesmas UF's também apresentaram os maiores percentuais de participação do turismo nas ocupações no setor de serviços, sendo a Bahia o estado que obteve o maior peso relativo do turismo, 12,3%, seguida do Ceará com 12,1%, Sergipe, 12%, Rio Grande do Norte, 11, 7%, e Pernambuco, 11,4%.

No que diz respeito à contribuição das atividades turísticas na renda total do trabalho, no Nordeste, os estados que se destacaram foram Sergipe, 7,2%, Pernambuco, 6,8%, Maranhão, 6,7% e Bahia, 6,6%. Essa análise para o total de rendimento das ocupações no setor de serviços mostra uma participação de 9,7% na Bahia, 9,5% no Maranhão, 9,2% em Sergipe e 9,1% em Pernambuco. É importante destacar a perda de participação do turismo do Rio Grande do Norte e Ceará no que se refere à geração de

renda do trabalho quando comparado à média da região, o que sugere baixa qualidade do emprego gerado nestes estados. Além disso, ressalta-se o desempenho do Maranhão que, embora apresente percentuais de empregos gerados no setor abaixo da média do Nordeste, tem se destacado na geração de renda do trabalho na atividade.

Deve ser evidente que parte destes resultados pode ser influenciada pelo maior peso das atividades que, embora incluídas no núcleo dos serviços, têm grande importância relativa local e não pode ser considerada como exclusiva do segmento do turismo. Neste sentido, é bastante informativo observar o peso das diferentes atividades deste núcleo na região e em cada estado do Nordeste. A tabela 2, a seguir, apresenta a participação de cada atividade constitutiva das atividades do turismo no emprego e na renda do trabalho do setor.

Tabela 2 - Participação de cada atividade do núcleo do turismo no total do emprego e da renda do setor –2006 (%)

	Hospedagem		Alimentação		Transporte Rodoviário de Passageiros		Transporte Aéreo		Agências de Viagens		Aluguel de Veículos		Lazer	
	Ocup.	Renda	Ocup.	Renda	Ocup.	Renda	Ocup.	Renda	Ocup.	Renda	Ocup.	Renda	Ocup.	Renda
MA	4,5	3,9	54,2	52,3	30,3	29,4	0	0,0	1,3	0,9	0	0	9,7	13,6
PI	4,4	5,6	50,0	28,5	28,9	29,7	0,9	16,1	1,8	3,6	0	0	14,0	16,5
CE	5,4	6,1	57,5	43,2	26,9	34,1	0,1	0,2	1,1	2,7	0	0	9,1	13,6
RN	8,1	6,6	51,8	48,7	30,5	31,9	1,0	1,8	0,5	0,7	0,5	0,7	7,6	9,5
PB	2,6	2,3	59,4	40,1	31,8	38,3	0	0,0	0,5	0,4	0	0	5,7	18,9
PE	5,7	5,6	54,4	41,4	28,5	33,0	0,7	2,4	1,1	2,0	0,3	0,2	9,4	15,4
AL	4,8	8,2	46,8	30,9	36,5	50,2	0	0,0	1,6	3,3	1,6	2,4	8,7	5,1
SE	6,2	8,4	47,7	35,9	37,8	48,0	0	0,0	1,6	2,7	0	0	6,7	4,9
BA	5,2	5,6	55,0	42,1	31,1	36,9	0,3	0,3	1,8	3,9	0,6	1,4	6	9,8
NE	5,3	5,6	54,4	42,2	30,3	35,6	0,3	1,3	1,3	2,5	0,3	0,6	8,1	12,1
RJ	6,2	5,9	47,8	35,8	32	35,0	2,2	3,9	2,2	6,5	0,2	1,4	9,3	11,5
SP	6,5	7,6	55,6	44,9	22,6	27,6	1,8	3,8	2,1	3,0	0,3	0,5	11,1	12,6
BR	6,8	7,2	55,1	44,6	26,2	30,8	1,1	2,6	1,7	3,0	0,3	0,9	8,8	10,9

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados da PNAD.

De forma geral, os números da tabela 2 indicam que, em termos de renda do trabalho e emprego, a mensuração da importância do segmento do turismo é fortemente influenciada pelo os serviços de alimentação, tanto no Nordeste como no Brasil. Os números da tabela 2 indicam que, no Nordeste e no país, mais da metade das ocupações do turismo estão vinculadas às referidas atividades, sendo, em ambos os casos, nestas geradas mais de 42% da renda do trabalho do segmento.

Em posição também importante, agora relativamente mais no Nordeste que no Brasil, destacam-se os serviços de transporte rodoviário de passageiros, responsáveis por mais de 30% das ocupações e mais de 35% da renda do trabalho gerados no turismo da referida região, percentuais que chegam, respectivamente, a 26,0% e 30% para o país. Um terceiro destaque, as atividades de hospedagem, apresenta-se com participação inferior a 7% da renda do trabalho e das ocupações geradas no turismo no Nordeste.

É interessante notar algumas especificidades da região em relação ao país. Neste sentido, percebe-se que, por um lado, as atividades de transporte aéreo e de agência de viagens são relativamente menos importante na região que no país e, por outro lado, as atividades de transporte rodoviário de passageiros se fazem relativamente mais presentes na região que no país. Seguramente, tais diferenças refletem o perfil da demanda das respectivas populações e as influências de porte econômico dos dois universos. Além disto, considerando-se apenas as atividades pertencentes ao núcleo

“puro” do turismo (hospedagem, transporte rodoviário de passageiros, transporte aéreo e agências de viagens), tanto para o emprego, como para a renda do trabalho, a região Nordeste apresenta maior importância relativa destas atividades no turismo. Isto sugere que, na região, a mensuração da importância das atividades do turismo é menos sujeita à influência de atividades não diretamente relacionadas ao segmento.

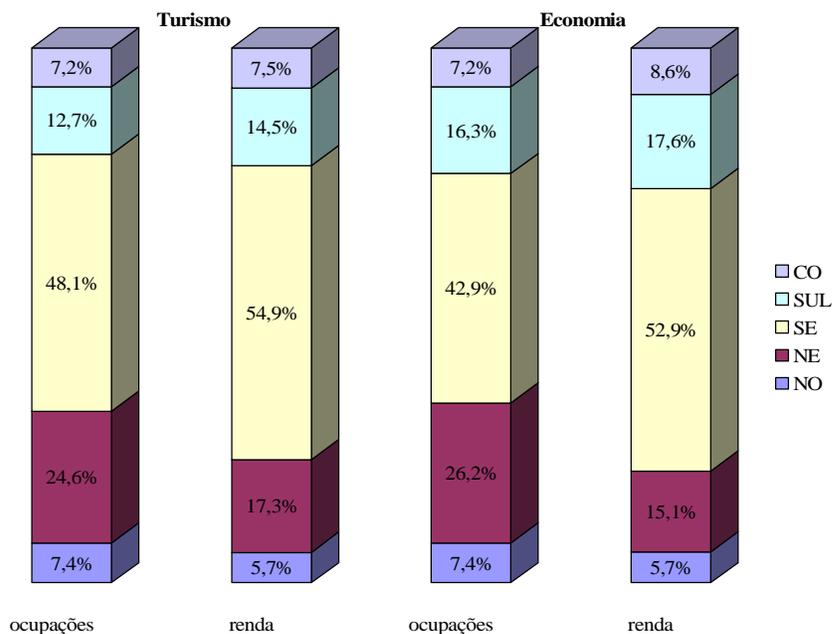
Entre os estados do Nordeste, deve-se destacar a importância das atividades de hospedagem no Rio Grande do Norte, Ceará e Sergipe, do transporte aéreo no Rio Grande do Norte e das agências de viagens no Piauí, Alagoas Sergipe e Bahia. Quando são consideradas apenas as atividades do núcleo “puro” do turismo, os únicos estados da região com participações totais da renda do trabalho e das ocupações abaixo daquelas verificadas para o Brasil são os estados do Maranhão, Paraíba e Pernambuco.

3.2 A distribuição inter-regional e intra-regional das atividades do turismo

As evidências anteriores informam a respeito das diferenças entre o Nordeste e seus estados e o Brasil no que diz respeito à estrutura de constituição das atividades do turismo; nada informam, todavia, a respeito do quanto da atividade do país como um todo está distribuída em benefício da região, muito menos com tais atividades estão distribuídas internamente entre os seus estados e entre os meios rural, urbano e metropolitano. Esta é, pois, a tarefa desta subseção.

Com este intuito, já na figura 1, a seguir, são apresentadas as distribuições das ocupações e da renda do trabalho das atividades do turismo entre as macrorregiões do país para o ano de 2006. Em auxílio à análise, também são apresentadas as mesmas distribuições considerando as ocupações e renda do trabalho de toda a economia brasileira, para o referido ano.

Figura 1 - Distribuição das ocupações e da renda do trabalho do turismo e da economia entre as macrorregiões do país – 2006



Fonte: elaboração própria, a partir de dados da PNAD.

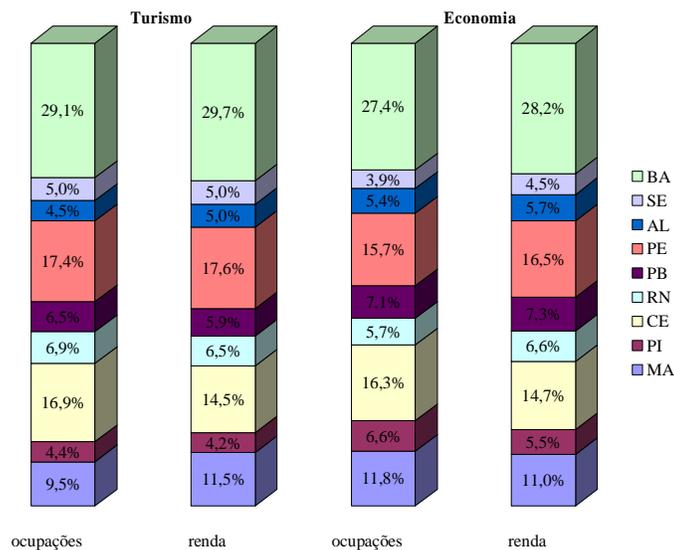
Um exame dos valores da figura 1 indica que as grandes diferenças entre as distribuições das ocupações e da renda do trabalho entre as atividades do turismo e todas as atividades da economia ocorrem para as participações das regiões Nordeste, Sudeste e Sul do país, estando as participações das regiões Norte e Centro-Oeste no total de ocupações e na renda do trabalho do turismo praticamente em sintonia com suas participações nas ocupações e renda do trabalho totais.

Com respeito às três primeiras regiões, note-se que a região Sudeste apresenta maiores concentrações tanto das ocupações (48,1%), com da renda do trabalho (54,9%) que suas respectivas fatias na economia como um todo (respectivamente, 42,9% e 52,9%). Estes para a região Sudeste seguramente são influenciados, por um lado, pela presença do estado do Rio de Janeiro que, como se viu, se destaca nacionalmente no segmento, e, por outro lado, pela abrangência de atividades de serviços não necessariamente inteiramente vinculadas ao turismo (ex. alimentação) que tendem a ter mais importância em estados mais ricos como, por exemplo, São Paulo.

Por outro lado, tanto Nordeste como na região Sul, são menores as fatias do emprego nas atividades do turismo quando comparadas com as fatias do emprego no total das atividades do país. Há, contudo, uma diferença importante entre estas regiões com respeito às participações na renda do trabalho: comparando-se com as respectivas participações no total das ocupações e da renda do trabalho do país, enquanto no Nordeste a participação da região na renda do trabalho das atividades do turismo é maior, no Sul esta participação é menor. Ou seja, quando comparadas com suas presenças no total dos postos de trabalho e no total da renda do trabalho gerada no país, a presença da região Nordeste nas atividades do turismo caracteriza-se por uma sobre-representação no que diz respeito à renda do trabalho e sub-representação no que diz respeito às ocupações.

O exame da distribuição das atividades do turismo da região Nordeste entre os estados nordestinos também permite apontar diferenças importantes com respeito ao esperado com base no porte econômico destes estados. Neste sentido, na figura 2, a seguir, são apresentados valores análogos àqueles da figura 1, só que agora são consideradas as distribuições das atividades entre os estados da região.

Figura 2 - Distribuição das ocupações e da renda do trabalho do turismo e da economia entre estados do Nordeste – 2006



Fonte: elaboração própria, a partir de dados da PNAD.

A partir dos valores apresentados na figura 2, é possível notar que, em geral, a distribuição das atividades do turismo entre os estados do Nordeste guarda relação próxima com os pesos dos estados no total de ocupações e renda do trabalho da região. É possível destacar, contudo, a maior presença relativa das atividades do turismo, tanto para ocupações quanto para a renda do trabalho, de três estados, Bahia, Pernambuco e Sergipe. Outros dois estados, Ceará e Rio Grande do Norte, destacam-se quanto às participações no total de ocupações do turismo, mas não quanto às participações no total da renda do trabalho gerada no segmento. Finalmente e curiosamente, destacam-se negativamente, tanto no que tange à renda do trabalho quanto ao total de ocupações do turismo, dois estados de constituições geográficas bem distintas: Piauí e Alagoas.

Observe-se que tais valores guardam certa sintonia com os números a respeito dos fluxos de turistas. Segundo as informações disponibilizadas pela Embratur (Embratur, 2007), em 2006, o estado da Bahia, por exemplo, foi destino de 37,5% dos turistas estrangeiros e 36,7% dos turistas domésticos.

Pode ser argumentado que a maior presença dos estados da Bahia, Pernambuco e Ceará na geração de ocupações do turismo apresentada acima apenas reflete o grande peso populacional e econômico das regiões metropolitanas de Salvador, Recife e Fortaleza que tenderiam a hipertrofiar o peso dos serviços de alimentação, atividade incluída no núcleo do turismo. Os valores apresentados na tabela 3, a seguir, contudo, ainda que apontem para a importância das regiões metropolitanas da região, mostram também que, quando comparada com a distribuição do país, a distribuição das atividades do turismo entre os meios metropolitano, urbano não-metropolitano e rural no Nordeste apresenta relativo menor peso da primeira sub-região, ou seja, o turismo do Nordeste é relativamente menos metropolitano se comparado com o turismo no país.

Tabela 3 – Distribuição da renda do trabalho e das ocupações das atividades do turismo entre os meios metropolitano, urbano não-metropolitano e rural (%)

	Renda do Trabalho (%)			Total das Ocupações (%)		
	Metropolitano	Urbano não-metropolitano	Rural	Metropolitano	Urbano: não-metropolitano	Rural
MA	0	94,9	5,1	0	94,8	5,2
PI	0	96,1	3,9	0	87,7	12,3
CE	69,8	27,1	4,4	55,9	37,0	7,1
RN	0	87,2	12,8	0	84,8	15,2
PB	0	91,4	8,6	0	93,8	6,3
PE	71,2	26,2	3,2	58,6	35,0	6,5
AL	0	93,4	6,6	0	93,7	6,4
SE	0	96,5	3,5	0	94,3	5,7
BA	51,9	43,1	5,3	40,1	49,5	10,4
NE	38,0	56,9	5,4	31,2	60,4	8,4
RJ	81,4	17,7	1,2	79,5	18,7	1,7
SP	58,1	38,5	5,9	51,7	43,1	5,2
BR	47,8	48,9	4,4	39,8	54,3	5,9

Fonte: elaboração própria, a partir de dados da PNAD.

De fato, os valores da tabela indicam que, embora para o Ceará e Pernambuco cerca de 70% da renda do trabalho e mais de 55% das ocupações do turismo estejam concentrados na região metropolitana, para a região Nordeste como um todo, tais percentuais chegam, respectivamente, só a 38% e 31,2%, valores inferiores aos observados para o país (nesta ordem, 47,8% e 39,8%). Tal situação provavelmente está associada ao maior vínculo do turismo da região às dotações naturais e geográficas

locais, mais bem distribuídas entre os estados que o verificado, por exemplo, para o estado do Rio de Janeiro (cuja região metropolitana concentra em torno de 80% da renda do trabalho e do emprego gerado no turismo).

Duas situações adicionais merecem ser destacadas. Primeiro, é importante observar que, comparada com as regiões metropolitanas de Recife e Fortaleza, a região metropolitana de Salvador é relativamente menos importante para as atividades do turismo no estado da Bahia, seja em relação à renda do trabalho ou com respeito ao número de ocupações. Uma investigação mais profunda das razões para tal não é factível a partir dos microdados da PNAD, mas é possível que estas estejam associadas à exploração das atividades de turismo no sul e ao crescimento de centros urbanos no oeste do referido estado. Segundo, entre os estados que não apresentam região metropolitana, o Rio Grande do Norte destaca-se por apresentar a mais importante fatia das atividades do turismo no meio rural (12,8% da renda do trabalho e 15,2% das ocupações), o que sugere menor importância relativa da capital Natal para o turismo do estado, numa situação análoga à região metropolitana de Salvador para o estado da Bahia.

4. Características das ocupações no turismo

Além das disparidades regionais com respeito à importância das atividades do turismo apontadas acima, há interessantes disparidades regionais quanto às características da ocupação geradas nestas atividades que, ao menos em parte, auxiliam no entendimento nos números mostrados acima. Sem pretender uma caracterização completa das ocupações das atividades do segmento, o que implicaria desvios significativos com respeito aos objetivos do trabalho, nesta seção é levada a efeito uma rápida caracterização das diferenças de qualidade entre as ocupações geradas nas atividades do turismo na região Nordeste e no país como um todo.

Neste sentido, a tabela 4, a seguir, apresenta, para cinco diferentes setores, o rendimento médio do trabalho e os níveis de escolaridade média, principal característica pessoal determinante deste rendimento, para a região Nordeste e para o país no ano de 2006.

Tabela 4 – Escolaridade média e rendimento médio por setores - 2006

	Agricultura	Indústria	Cons. Civil	Serviços	Turismo
Escolaridade média – anos de estudo					
Nordeste	2,8	6,9	4,9	8,0	7,1
Brasil	3,7	8,2	5,8	8,9	7,8
Rendimento médio do pessoal ocupado – 10 anos ou mais					
Nordeste	124,99	526,36	512,68	610,82	512,77
Brasil	264,15	882,99	657,60	895,62	736,81

Fonte: cálculo dos autores a partir dos micros dados da PNAD.

Em relação aos demais grandes segmentos da economia, as diferenças encontradas no Nordeste, tanto para escolaridade como para renda do trabalho, seguem o padrão verificado para os país como um todo, embora haja diferenças importantes a apontar. Note-se, primeiro, que, em termos de remuneração, as atividades do turismo situam-se em colocação intermediária entre, por um lado, os menores salários da Agricultura e Construção Civil e, por outro lado, os salários da Indústria e dos demais Serviços, uma situação que vigora seja para a região Nordeste, seja para o país. Ao menos parte da explicação desta colocação pode ser encontrada pela posição também intermediária das atividades do segmento no que se refere aos níveis de escolaridade.

Na verdade há uma diferença a anotar com respeito aos diferenciais de escolaridade. Mais especificamente, percebe-se que enquanto a escolaridade média do turismo no Nordeste só é menor que aquela verificada para as atividades de Serviços, no Brasil ela é menor também que a verificada para a indústria.

Esta posição intermediária das atividades do turismo no Nordeste provavelmente está relacionada com outra característica distintiva da região no contexto nacional, que é o seu mais elevado grau de informalidade. Como é possível perceber a partir dos valores apresentados na tabela 5, a seguir, o grau de informalidade da mão-de-obra do turismo, que chega a quase 68%, só é menor na região que aqueles níveis encontrados para a agricultura e para a construção Civil.

Tabela 5 - Nível de Informalidade nos setores econômicos - 2006

SETOR	Formal (%)		Informal (%)	
	Brasil	Nordeste	Brasil	Nordeste
Agricultura	14,8	7,6	85,2	92,4
Indústria	66,2	45,5	33,8	54,5
Construção Civil	33,1	27,2	66,9	72,8
Serviços	56,4	42,5	43,6	57,5
Turismo	48,8	32,3	51,2	67,7

Fonte: elaboração própria, a partir de dados da PNAD. Foram considerados na informalidade os trabalhadores sem carteira, os envolvidos na produção para consumo próprio e os trabalhadores conta-própria sem contribuição para qualquer sistema de previdência

Ou seja, seguindo o padrão do país, mas num patamar bem mais elevado que o verificado para o Brasil, o grau de informalidade das atividades do turismo é mais elevado que aquele verificado para demais serviços. Além disto, note-se que, em relação ao verificado para o país, a diferença entre os graus de informalidades para as atividades do turismo (16,5%) só menor do que aquela verificada para indústria (20,5%). Isto é, mesmo apresentando um grau de informalidade menor que os setores da Agricultura e da Construção Civil, em relação aos níveis de informalidade do país, os níveis de informalidade das atividades do turismo no Nordeste estão numa situação relativamente mais desfavorável.

Conseqüência deste elevado nível de informalidade das atividades no Nordeste, a distribuição das ocupações e da renda total gerada do trabalho entre os segmentos formal e informal destas atividades na região é claramente mais direcionada com para o meio informal quando se compara com a mesma distribuição verificada para o país. Os números da tabela 6, apresentada a seguir, ilustram este e outros importantes fatos.

Tabela 6 - Nível de Informalidade nas Ocupações e no Total de Rendimento do Trabalho no Turismo. 2006

	FORMAL (%)		INFORMAL (%)	
	Renda do trabalho	Ocupações	Renda do trabalho	Ocupações
MA	34,2	28,4	65,8	71,6
PI	72,3	23,7	27,7	76,3
CE	56,3	27,0	43,7	73,0
RN	71,2	43,7	28,8	56,3
PB	39,6	20,8	60,4	79,2
PE	55,5	36,0	44,5	64,0
AL	67,3	34,9	32,7	65,1
SE	44,2	34,2	55,8	65,8
BA	60,1	34,9	39,9	65,1
NE	56,2	32,3	43,8	67,7
RJ	77,9	59,1	22,1	40,9
SP	72,1	58,1	27,9	41,9
BR	71,9	48,8	28,1	51,2

Fonte: elaboração própria, a partir de dados da PNAD. Foram considerados na informalidade os trabalhadores sem carteira, os envolvidos na produção para consumo próprio e os trabalhadores conta-própria sem contribuição para qualquer sistema de previdência.

Mais especificamente, é possível notar que cerca de 44% da renda do trabalho e cerca de 68% das ocupações gerados no turismo no Nordeste são de responsabilidade dos segmentos informais, valores que, respectivamente, chegam a 28% e 51% para o país como um todo. Saliente-se que as diferenças são ainda maiores quando se considera as proporções encontradas para os estados do Rio de Janeiro e São Paulo.

Um exame desta distribuição para os estados do Nordeste permite perceber que todos os estados apresentam mais de 55% das ocupações das atividades do turismo na informalidade e que só os estados do Rio Grande do Norte, Bahia e Alagoas apresentam menor presença do segmento informal tanto na geração de ocupações como na geração de renda do trabalho que a presença apontada acima para o Nordeste como um todo. Em relação ao primeiro estado (RN), é importante ressaltar que o mesmo encontrava-se em posição de destaque na região, uma vez que mais de 70% da renda do trabalho e mais de 43% das ocupações geradas nas atividades do turismo derivam do segmento formal. No extremo oposto a este respeito, embora não geograficamente tão distante, encontrava-se o estado do Maranhão. Por fim, chama a atenção também o caso do Piauí que, embora entre os estados da região apresente a maior parcela da renda do trabalho gerada no meio formal, apresentava também a menor participação deste meio na geração de ocupações, o que indica a muito baixa qualidade dos postos de trabalho informais gerados nas atividades do turismo neste estado.

5. A evolução recente da importância do turismo no Nordeste

Os valores apresentados a partir da figura 1 permitiram perceber que a região Nordeste detinha, em 2006, cerca de 25% e de 26%, respectivamente, do total da renda do trabalho e do total de ocupações gerados nas atividades do turismo do país. Tais parcelas estão acima daquelas verificadas quando se consideram a renda do trabalho e as ocupações totais do país. Tendo em vista a expansão do número de turista apontada na introdução do trabalho, em que medida tais números refletem um movimento recente de expansão das atividades do setor na região? Tal indagação resume o foco da investigação apresentada nesta seção.

De início tal questão é considerada a partir da evolução das participações das atividades do turismo no total das ocupações e no total da renda do trabalho gerada na economia. A tabela 7, a seguir, apresenta tais participações para os estado do Nordeste, para a região, para os estados do Rio de Janeiro, São Paulo e para o país como um todo.

Tabela 7 - Evolução da participação do turismo no total de Ocupações e no total da renda do trabalho da economia, 2002-2006.

	2002		2003		2004		2005		2006	
	Ocup.	Rend.								
Maranhão	4,1	6,8	4,5	4,8	5,3	5,2	3,9	4,5	4,7	6,7
Piauí	2,7	3,6	3,6	3,3	3,5	3,6	3,5	5,8	3,8	4,9
Ceará	5,2	6,6	5,7	7,0	4,9	5,9	5,6	6,5	6,0	6,3
Rio Grande do Norte	6,0	5,1	6,6	6,9	6,6	6,4	6,2	6,3	7,0	6,4
Paraíba	5,0	5,2	4,2	3,9	5,1	5,0	5,2	4,2	5,4	5,2
Pernambuco	6,8	6,4	6,4	6,7	6,4	6,8	5,9	6,2	6,4	6,8
Alagoas	4,7	5,4	4,7	5,7	5,4	7,5	4,7	5,9	4,8	5,7
Sergipe	7,0	6,5	6,3	6,2	7,5	8,8	6,0	5,4	7,3	7,2
Bahia	5,7	6,8	6,0	6,0	5,4	6,1	6,0	7,0	6,1	6,7
Nordeste	5,4	6,2	5,3	5,9	5,5	6,1	5,4	6,1	5,8	6,4
Rio de Janeiro	10	9,0	9,5	8,3	9,8	8,3	9,7	8,5	9,6	8,4
São Paulo	6,7	5,8	6,2	5,1	6,5	6,0	6,4	5,1	6,4	5,1
BRASIL	6,1	5,9	6,0	5,5	5,9	6,0	5,9	5,6	6,2	5,7

Fonte: elaboração própria, a partir de dados da PNAD.

Há uma riqueza de diferentes dinâmicas passíveis de exploração. Para os objetivos desta seção, note-se, inicialmente, que enquanto para o Nordeste há elevação das participações do número de ocupações e da renda do trabalho das atividades do turismo no total entre 2002 e 2006, para o país isto não se verifica e para os estados do Rio de Janeiro e São Paulo tais participações diminuem entre os referidos anos. Por seu turno, o exame das dinâmicas entre os estados nordestinos indica que apenas os estados do Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe apresentam participações mais elevadas tanto do emprego, como da renda do trabalho nos respectivos totais dos estados, com destaque para o segundo estado.

Este maior dinamismo interno das atividades do turismo na região Nordeste quando comparado com o observado país entre 2002 e 2006 implicou ganho de participação da região tanto no total de ocupações quanto no total de renda do trabalho gerado nas atividades do turismo no país. Informações neste sentido são apresentadas nas tabelas 8 e 9, a seguir.

Tabela 8 - Participação das macrorregiões do Brasil no total das ocupações no turismo do país (%)

	2002	2003	2004	2005	2006
Norte	5,8	5,8	6,8	7,6	7,4
Nordeste	23,9	23,6	24,4	24,3	24,6
Sudeste	49,9	50,5	48,8	48,5	48,1
Sul	13,3	13,2	12,7	12,4	12,7
Centro-Oeste	7,0	6,9	7,2	7,2	7,2

Fonte: elaboração própria, a partir de dados da PNAD.

Tabela 9 - Participação de cada Região na Renda do Trabalho do Turismo no Brasil (%)

	2002	2003	2004	2005	2006
Norte	4,2	4,8	5,5	5,6	5,7
Nordeste	15,5	15,7	15,3	16,2	17,3
Sudeste	58,8	57,3	56,2	55,0	54,9
Sul	14,4	14,7	16,1	15,9	14,5
Centro-Oeste	7,1	7,5	6,9	7,3	7,5

Fonte: elaboração própria, a partir de dados da PNAD

A partir das tabelas acima, ao menos, três constatações podem ser. Primeiro, não há grande movimentos na distribuição das ocupações entre as regiões, o que, em parte, é explicado pelo curto período de tempo considerado. Contudo, considerando os anos polares de 2002 e 2006, é possível perceber que as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste aumentam suas participações tanto no total de ocupações, como no total da renda do trabalho gerada nas atividades do turismo no Brasil. Mais especificamente, as três regiões juntas passam a deter em 2006 cerca de 40% do total de ocupações e cerca de 30%, respectivamente, do total de ocupações e do total da renda do trabalho das atividades do turismo gerada no país, valores que perfaziam, respectivamente, apenas cerca de 36,7% e 26,8% em 2002. No caso das ocupações, isto ocorre em meio a perdas de participações das regiões Sudeste e Sul; no caso da renda do trabalho, há perda de participação apenas da região Sudeste. Um terceiro ponto a destacar, a expansão da presença nordestina é mais significativa com respeito à renda do trabalho que com respeito ao total de ocupações.

Os microdados da PNAD permitem ser bastante preciso com respeito ao número absoluto de ocupações. Neste sentido, como se percebe a partir dos valores da tabela 10, a seguir, o número de ocupações no turismo no Brasil entre 2002 e 2006 passou de 4.771.062 para 5.482.045, ou seja, contatou-se um crescimento de 15%.

Tabela 10 - Evolução do número total de ocupações no turismo no Brasil e nas suas macrorregiões

	2002	2003	2004	2005	2006
Norte	278.685	252.922	341.175	387.510	406.630
Nordeste	1.141.195	1.033.385	1.218.927	1.244.700	1.349.907
Sudeste	2.379.262	2.210.583	2.441.506	2.488.498	2.637.042
Sul	636.836	579.996	636.057	635.824	695.397
Centro-Oeste	335.084	304.061	361.863	370.521	393.069
Brasil	4.771.062	4.380.947	4.999.528	5.127.053	5.482.045

Fonte: elaboração própria, a partir de dados da PNAD.

A análise das regiões brasileiras mostra que o Norte apresentou um aumento de 46% no total de empregos turísticos no período, atingindo 406.630 ocupações. No Nordeste, esse crescimento foi 18%, resultando em 1.349.907 pessoas ocupadas no turismo em 2006. O Centro-Oeste variou o número de ocupações do turismo em 17%, atingindo a magnitude de 393 mil empregos. O Sudeste e o Sul tiveram um incremento de 11% e 9%. Em 2006, existiam 2.637.042 pessoas ocupadas em alguma atividade turística na região Sudeste e 695.397 no Sul.

Por fim, a avaliação acima pode se fazer ainda mais qualificada considerando-se o conceito do núcleo “puro”. Tal desagregação aqui é interessante porque informa se a expansão apontada acima é de responsabilidade das atividades mais exclusivas ao turismo. Com esta proposta, a tabela 11, a seguir, apresenta a participação percentual

das ocupações e da renda do trabalho do núcleo “puro” no total das atividades do núcleo do turismo para o Nordeste e o Brasil, para os anos de 2002 e 2006.

Tabela 11 - Participação das ocupações e da renda do trabalho do núcleo “puro” no total do núcleo do turismo, 2002-2006, (%)

	Ocupações		Rendimento	
	2002	2006	2002	2006
MA	49,0	36,1	59,9	34,1
PI	51,3	36,0	72,2	54,9
CE	35,6	33,5	50,0	43,2
RN	38,8	40,1	50,0	41,0
PB	37,9	34,9	46,3	41,1
PE	38,5	36,0	54,1	43,0
AL	34,5	42,9	40,0	61,6
SE	34,7	45,6	48,6	59,2
BA	34,3	38,4	45,4	46,7
NE	37,9	37,2	50,4	45,1
RJ	42,4	42,6	54,5	51,3
SP	34,5	33,0	44,6	42,0
BR	36,8	35,8	48,3	43,6

Fonte: elaboração própria, a partir de dados da PNAD.

De imediato, é possível perceber que essas atividades englobaram 35,8% dos empregos gerados no turismo no Brasil em 2006, 1% a menos do valor de 2002. Note-se que a redução da participação do núcleo duro foi mais intensa para a renda do trabalho, passando de 48,3% em 2002 para 43,6% em 2006. Essa tendência nacional também foi comprovada nos principais estados turísticos do país, São Paulo e Rio de Janeiro, sobretudo no que se refere às remunerações. Os rendimentos associados às ocupações mais diretamente ligadas ao turismo, em geral, são mais elevados, o que pode explicar a maior diminuição percentual sobre o total da renda.

Na região Nordeste, a participação do núcleo puro na mão-de-obra do setor de turismo sofreu uma redução de 0,7% entre 2002 e 2006, atingindo 37,2%. No que se refere ao rendimento, essa diminuição relativa das ocupações provocou uma queda de 5,3% nas remunerações do trabalho, que obteve um percentual de 45,1% no último ano.

As unidades da federação nordestinas que exibiram as maiores parcelas do núcleo puro sobre o total de ocupações do setor turístico em 2002 foram Piauí, com 51,3%, e Maranhão, com 49%. Em 2006, as atividades mais restritas ao turismo perdem espaço nessas localidades, e passam a ter maior representatividade no turismo em Sergipe, 45,6%, e em Alagoas, 42,9%.

Ao avaliar o núcleo “puro” do turismo nos estados do Nordeste sob a geração de renda no setor, os estados do Piauí e Maranhão continuaram auferindo as contribuições mais elevadas em 2002, 72,2% e 59,9%, respectivamente. O mesmo ocorreu para Sergipe e Alagoas, em 2006, que se destacaram na geração de emprego e renda do núcleo puro. Essas atividades em Sergipe corresponderam a 59,2% da renda do turismo, enquanto que em Alagoas alcançaram 61,6%.

6. Turismo e desigualdade regional no Brasil: qual a contribuição da atividade para as disparidades regionais de renda do trabalho?

Até aqui, foram fornecidas evidências a respeito da importância das atividades do turismo, considerando também a evolução desta importância no período de 2002 a 2006. Tal dimensionamento, todavia, está longe de permitir perceber a potencial importância da atividade no sentido de contribuir para redução das disparidades regionais de renda *per capita* no país, uma vez que nada informa a respeito de como, em termos *per capita*, a renda gerada no setor se distribui entre os estados brasileiros, nem sobre a sua dinâmica específica de distribuição entre estes estados.

Nesta seção, portanto, o foco volta-se para a determinação do grau de concentração da distribuição regional da renda *per capita* do setor e do papel das suas atividades na evolução da desigualdade desta distribuição no período de 2002 a 2006, tarefas levadas a efeito a partir da decomposição da desigualdade da renda do trabalho *per capita*, medida pelo índice de Gini, a partir das fontes setoriais desta renda. Tal decomposição permite entender as contribuições das diferentes fontes setoriais de renda do trabalho para a evolução da desigualdade de renda do trabalho *per capita* entre os estados brasileiros.

Deve-se reconhecer que a consideração da distribuição da renda do trabalho *per capita*, ao invés da renda total *per capita*, fornece um quadro parcial das disparidades regionais de renda entre os estados brasileiros. Contudo, além de representar mais de 75% da renda total mensurada a partir dos microdados da PNAD e também por isto, como mostraram Silveira e Gonçalves (2007), apesar da influências das demais fontes de renda, a dinâmica da desigualdade da distribuição regional da renda total no Brasil entre 1995 e 2005, mensurada a partir da variação do Índice de Gini, é, em sua maior parte, explicada pela dinâmica da distribuição regional da renda do trabalho; mais especificamente, tais autores mostram que cerca de 74% da variação do Gini da distribuição regional da renda total *per capita* no referido período é de responsabilidade da dinâmica da renda do trabalho.

Há, pois, um duplo ganho no exercício levada a efeito nesta seção. Ou seja, além de capturar a maior parte da dinâmica da distribuição regional da renda total *per capita*, a decomposição proposta permite conhecer o papel dos diferentes setores na dinâmica da distribuição regional da renda do trabalho *per capita*, informação valiosa quando se pensa, por exemplo, em políticas de incentivo de cunho setorial.

6.1 A decomposição da desigualdade da distribuição da renda do trabalho *per capita*

Em analogia ao que foi proposto recentemente por Hoffman (2004, 2006) e Soares (2006a, 2006b), a partir da decomposição inicialmente proposta por Shorrocks (1982), numa situação em que a renda do trabalho dos estados corresponde à soma de parcelas de diferentes fontes de renda do trabalho (diferentes setores), o coeficiente de Gini da distribuição regional da renda do trabalho *per capita* pode ser expresso pela soma das razões ou coeficientes de concentração multiplicados pelos respectivos pesos das diferentes fontes de renda (setores) na renda total do trabalho. Mais formalmente, o valor do coeficiente de Gini (G) pode ser expresso como:

$$G = \sum_{i=1}^n a_i C_i \quad , \quad (1)$$

onde n é o número de fontes (setores) de renda da população em foco, a_i corresponde à participação do setor i na renda total do trabalho e C_i é a razão ou coeficiente de concentração da mesma parcela. Por sua vez, esta última razão ou coeficiente é obtido a partir da curva de concentração, que mostra como, mantida a ordenação crescente da renda total do trabalho *per capita*, a proporção acumulada da parcela i varia em função da proporção acumulada da população (estados). Mais especificamente, definindo b_i

como a área entre a curva de concentração para a fonte (setor) i e o eixo das abscissas, a razão ou coeficiente de concentração referente a esta parcela é obtido como:

$$C_i = 1 - 2.b_i \quad , \quad (2)$$

onde, pode-se mostrar que $-1 < C_i < 1$. Tal intervalo, que difere daquele do índice de Gini ($0 \leq G < 1$), decorre do fato de que, já que a ordenação no eixo das ordenadas é dada através da ordenação crescente da renda total (e não da parcela i da renda), a curva de concentração é não-decrescente (e não crescente, como no caso da Curva de Lorenz)¹.

Para duas datas, t e $t-1$, pode-se observar quanto da variação do índice de Gini é determinado pela variação da desigualdade das diferentes parcelas ou setores de renda do trabalho e quanto deriva da variação das participações destas parcelas de renda dos setores na renda total do trabalho. Ainda seguindo Hoffman (2006), é possível decompor a variação do índice de Gini como:

$$\Delta G = \sum_{i=1}^n (\bar{C}_i - \bar{G}) \Delta a_i + \sum_{i=1}^n \bar{a}_i \Delta C_i \quad , \quad \text{onde } \bar{G} = \frac{1}{2}(G_t + G_{t-1}). \quad (3)$$

Com a primeira soma representando o efeito-participação, observa-se que o aumento da participação de uma parcela ou setor da renda do trabalho que apresenta um nível de concentração menor (maior) que aquele verificado para a renda total contribui para diminuição (aumento) da desigualdade da renda total do trabalho². Já a segunda soma, que representa o efeito-concentração total, mostra o impacto de variações nos níveis de concentração das diferentes parcelas de renda dos setores na variação do nível de desigualdade da renda total.

6.2 A distribuição regional da renda do trabalho *per capita* do turismo no Brasil favorece os estados mais pobres?

A obtenção dos coeficientes de concentração para a distribuição da renda do trabalho *per capita* entre os estados brasileiros de acordo com a decomposição acima permite perceber o grau de distribuição da renda do trabalho *per capita* dos diferentes setores em relação à distribuição da renda do trabalho total *per capita* entre estes estados, permitindo, assim, verificar o quanto a distribuição da renda do trabalho deste setor beneficia os estados mais pobres (no caso do coeficiente menor que o índice de Gini) ou mais ricos (no caso do coeficiente maior que o índice de Gini), sendo o grau de pobreza ou riqueza medidos em termos de renda do trabalho.

Como se pode perceber a partir da tabela 12, apresentada a seguir, o coeficiente de concentração calculado para as atividades do Turismo em 2006 (0,1889) é menor que o valor do índice de Gini para a distribuição da renda total do trabalho entre os estados (0,2054) neste mesmo ano, o que indica que a renda do trabalho do segmento é distribuída mais favoravelmente para os estados mais pobres quando se compara com a distribuição regional da renda total do trabalho. Além disto esta diferença aumenta entre 2002 e 2006, ou seja, tomada estes anos polares, a dinâmica de desigualdade da renda do trabalho das atividades do Turismo, já mais favoravelmente distribuída para os

¹ Por exemplo, se toda a renda da parcela de aposentadorias estivesse direcionada para os 50% mais pobres (medidos em termos de renda total), a curva de concentração para esta parcela de renda seria horizontal para os demais 50%, ao contrário da curva de Lorenz que é sempre crescente.

² Assumiu-se a sugestão de Hoffman (2006) de se utilizar a média aritmética dos índices de Gini e das participações dos dois períodos.

estados mais pobres 2002, modifica-se mais ainda em favor dos estados mais pobres em termos de renda do trabalho.

Tabela 12 - Níveis de distribuição da renda do trabalho dos setores entre os estados brasileiros: coeficientes de concentração, C_i , dos setores.

	2002	2003	2004	2005	2006
Agropecuária	0,0109	0,0435	0,0575	0,0473	0,1022
Indústria de Transformação	0,2388	0,2723	0,3001	0,2722	0,2721
Const. Civil e Outras Indústrias	0,1726	0,1773	0,1695	0,1947	0,1235
Turismo	0,2098	0,2284	0,2357	0,2226	0,1889
Serviços	0,2412	0,2399	0,2325	0,2352	0,2181
Total – Gini	0,2157	0,2223	0,2184	0,2185	0,2054

Fonte: cálculo dos autores a partir dos micros dados da PNAD.

É interessante notar, também, que, entre os setores considerados, apenas a Agropecuária e o segmento da Construção Civil e Outras Indústrias apresentam níveis de distribuição da renda do trabalho entre os estados beneficiando relativamente as unidades mais pobres, um resultado de certa forma esperado, dada as dotações de recursos humanos e naturais destes estados. Na outra ponta, os setores da Indústria de Transformação e Serviços apresentam distribuições de renda do trabalho mais favoráveis aos estados mais ricos que a distribuição da renda total do trabalho tanto em 2002 quanto em 2006. Saliente-se que, com mais de 80% da renda total do trabalho do país, estes dois setores contribuem de forma significativa para os níveis e dinâmica de desigualdade regional da renda do trabalho.

Em termos de dinâmica entre 2002 e 2006, nota-se que, simultaneamente à queda do Índice de Gini, ou seja, à diminuição da desigualdade da distribuição da renda do trabalho *per capita* entre os estados brasileiros, ocorrem movimentos de menor concentração das atividades do Turismo, dos Serviços e na a Construção Civil e Outras Indústrias. Por outro lado, as dinâmicas de concentração regional da renda do trabalho na Agropecuária e na Indústria de Transformação claramente beneficiam os estados mais ricos (em termos de renda do trabalho) neste período, movimentos que impediram maior queda da desigualdade regional da renda do trabalho *per capita* no país entre 2002 e 2006. É interessante destacar que tal dinâmica observada para a indústria de transformação não corresponde àquela observada para a distribuição das ocupações do ramo de atividade entre os estados, uma vez que se observa, aqui, tendência favorável aos estados mais pobres.

Os valores apresentados na tabela 13, a seguir, trazem os números da decomposição apresentada acima, permitindo aferir a contribuição de cada setor considerado na diminuição do índice de Gini da distribuição da renda do trabalho entre os estados brasileiros entre 2002 e 2006, ou seja, na queda da desigualdade regional no referido período, a partir dos efeitos-concentração e efeito-renda.

Tabela 13 - Decomposição da variação do Índice de Gini (DG) para a distribuição da renda do trabalho *per capita* entre os estados brasileiros – valores em percentagem da variação (% da D Gini). 2002-2006.

	Total	Agropec.	Ind. de Transf.	Const. Civil e Outras Ind.	Turismo	Serviços
Efeito-Concentração	92,5	-73,0	-34,9	38,7	7,6	154,0
Efeito-Participação	7,5	7,2	-1,6	-0,4	0,3	2,0
Contribuição total	100,0	-65,8	-36,5	38,3	7,9	156,0

Fonte: cálculo dos autores a partir dos micros dados da PNAD. Efeito-participação e efeito-concentração obtidos, respectivamente, pelas expressões $(\bar{C}_i - \bar{G})\Delta a_i / \Delta G$ e $\bar{a}_i \Delta C_i / \Delta G$.

A primeira evidência de destaque diz respeito ao maior papel do efeito-concentração, que responsável por mais de 92% da variação do índice de Gini para desigualdade da distribuição da renda do trabalho *per capita* entre os estados brasileiros. Como mais de 60% da renda do trabalho gerada no país, este resultado é explicado principalmente pela dinâmica da distribuição da renda do trabalho no setor de Serviços que, como apontado acima, apresenta desconcentração no período 2002-2006. Colaboram para significância deste efeito, também, os segmentos da Construção Civil e Outras Indústrias e as atividades do Turismo, com importâncias decrescentes nesta ordem. Atuando em sentido oposto, o efeito-concentração para a Agropecuária e para a Indústria de Transformação se mostram significativos (respectivamente, -73% e -34,9% da queda do Gini).

Mais especificamente, é possível perceber que a dinâmica de distribuição regional da renda do trabalho das atividades do Turismo é responsável por cerca de 8% da diminuição da desigualdade da distribuição da renda do trabalho *per capita* entre os estados brasileiros entre 2002 e 2006, uma contribuição quase toda explicada pelo efeito-concentração. De fato, representando menos de 6% da renda do trabalho gerada, movimentos nesta participação tendem a repercutir de forma reduzida na desigualdade regional da renda do trabalho.

Estes resultados sugerem, em primeiro lugar, que a compreensão da dinâmica da desigualdade regional da renda do trabalho no Brasil é largamente determinada pela dinâmica do setor de serviços, o que é consistente com os resultados já apontados por Silveira Neto (2000). Além disto, tais evidências também sugerem que se o objetivo é diminuir as disparidades de renda entre os estados brasileiros, o foco apenas na distribuição regional do emprego industrial pode não trazer resultados esperados. Por fim e mais importante para o interesse deste trabalho, os resultados também indicam que, ainda que com limites, dado o seu ainda reduzido peso na economia, mas com a vantagem de serem ancoradas em recursos ou vantagens locais, o desenvolvimento das atividades de turismo pode contribuir para redução da desigualdade de renda entre os estados brasileiros.

7. Conclusões

Dois objetivos principais estiveram no foco das investigações deste trabalho. Primeiro, além da mensuração através do total de emprego gerado, procurou-se fornecer um medida da importância econômica das atividades do turismo para a região Nordeste do Brasil a partir da renda gerada nestas atividades, informação ainda não disponível nas análises do setor. Adicionalmente, buscou-se entender qual o nível de concentração regional da distribuição da renda *per capita* destas atividades quando se compara com a distribuição regional da renda total *per capita* no Brasil e como tais atividades têm contribuído para a diminuição observada da concentração regional desta renda

verificada no país nos últimos anos. Em virtude da indisponibilidade de dados, trabalhou-se com a renda total do trabalho e com o período de análise entre 2002 e 2006.

As estimativas do trabalho mostram que as atividades do turismo no Nordeste representavam em 2006 cerca de 6,4% do total da renda do trabalho e 5,8% do total das ocupações geradas na economia da região, estando o primeiro percentual acima e o segundo abaixo daqueles verificados para o país como um todo, respectivamente, 5,7% e 6,2%. Em virtude destas diferenças, as atividades do turismo da região detinham uma parcela de 17,3% do total gerado de renda do trabalho nestas atividades no país, percentual acima daquele observado para renda do trabalhos de todos os setores da economia (15,1%), e de cerca de 24,6% do total de ocupações nestas atividades no país, valor abaixo daquele observado para o total de ocupações de todos os setores da economia (26,2%).

Também foi observado que o grau de informalidade da mão-de-obra do turismo, que chegava em 2006 a quase 68%, percentual só é menor na região Nordeste que aqueles níveis encontrados para a Agricultura e para a Construção Civil. Associada a esta situação, em termos de remuneração na região, as atividades do turismo situam-se em colocação intermediária entre, por um lado, os menores salários da Agricultura e Construção Civil e, por outro lado, os salários da Indústria e dos demais Serviços, uma situação que vigora também para o país.

Na análise da dinâmica das atividades do turismo entre 2002 e 2006, observou-se, tanto para a renda total do trabalho quanto para o total de ocupações, um crescimento do peso das regiões Norte, Nordeste Centro-Oeste, com perdas de importância para as regiões Sudeste e Sul do país. Seguramente em parte associado a este movimento, mostrou-se que neste período a distribuição regional da renda do trabalho *per capita* das atividades do turismo esteve mais favorável aos estados mais pobres que a distribuição do total da renda do trabalho *per capita* (todos os setores). Por fim, a partir de uma decomposição do Índice de Gini para desigualdade regional da renda do trabalho *per capita*, foi mostrado que a dinâmica da renda do trabalho das atividades econômicas do turismo contribuiu com cerca de 8% para a diminuição deste indicador entre 2002 e 2006, ou seja, para a queda da desigualdade regional da renda do trabalho *per capita*.

Este último resultado sugere que, compreendidos os limites da atividade, em virtude de seu ainda reduzido peso na economia, mas com a vantagem de serem ancoradas em recursos ou vantagens locais, o desenvolvimento das atividades de turismo parece poder contribuir para redução da desigualdade de renda entre os estados brasileiros. Os relativamente elevados níveis de escolaridade da atividade, ao menos quando comparados com os que vigoram segmentos da Agricultura e Construção Civil, também sugerem que o aproveitamento desta dinâmica mais favorável das atividades do turismo demanda expansão da escolaridade da população da região.

Bibliografia

BARBOSA, M.; A. C.; ZAMBONI, R. A. Formação de um 'cluster' em torno do turismo de natureza sustentável em Bonito (MS). In: TIRONI, L. F. (Coord.) Industrialização Descentralizada: sistemas industriais locais. Brasília: IPEA, 2001.

BRASIL/ MTUR/ FIPE. Caracterização e Dimensionamento do Turismo Doméstico no Brasil- 2006. Disponível em:

www.turismo.gov.br/site/arquivos/dados_fatos/turismo_domestico/Apresentacao_Turismo_Domestico_2006.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2006.

BRASIL/ MTUR/EMBRATUR. Anuários estatísticos, 2001 a 2007. Disponível em: www.turismo.gov.br>. Acesso em: 10 fev. 2007.

DUARTE, T.; GOUVEIA, M. O cluster turismo em Portugal, set. 2001. Disponível em: www.gee.min-economia.pt/resources/docs/publicacao/RT/cluster_turismo.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2005.

HOFFMANN, R. Decomposition of Mehran and Piesch inequality measures by factor components and their application to the distribution of *per capita* household income in Brazil. *Brazilian Review of Econometrics*, Rio de Janeiro, v.24, n.1, p.149-171, maio 2004.

_____. Transferências de renda e a redução da desigualdade no Brasil e cinco regiões entre 1997 e 2004. *Econômica*, Rio de Janeiro, v.8, n.1, p.55-81, junho 2006.

SILVEIRA NETO, R. M. E GONÇALVES, M. C. Regional per capita income inequality reduction in Brazil from 1995 to 2005: labor productivity convergence or public income transferences?. Anais XXXV Encontro Nacional de Economia, Recife, novembro 2007.

SILVEIRA NETO, R. M. ; AZZONI, C. R. . Non-spatial public policies and regional inequality in Brazil. In: RSAI World Congress 2008, 2008, São Paulo. Annals of RSAI World Congress 2008, 2008.